

NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 02 / Abr



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 1938 | 2018



Desemprego atinge 13,1 milhões de pessoas. É mais um recorde de Temer

“Essa é mais uma prova de que a Lei Trabalhista, aprovada com a promessa de ser solução para a economia, era uma desculpa para os empresários precarizarem as condições de trabalho e lucrar mais”, diz Vagner



A taxa de desemprego atinge mais um recorde, o número de trabalhadores e trabalhadoras com carteira assinada caiu e o número dos que recorrem a bicos para

sobreviver aumentou no trimestre entre dezembro do ano passado e fevereiro deste ano, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgada

nesta quinta-feira (29).

O desemprego no Brasil chegou a 12,6%, um aumento de 4,4%, e passou a atingir 13,1 milhões de chefes de família, jovens e adultos brasileiros sem perspectivas nem esperança de encontrar um emprego e resolver o problema familiar a médio prazo, diz o presidente da CUT, Vagner Freitas, lamentando o fato de que, no período pesquisado pelo IBGE, mais 550 mil trabalhadores e trabalhadoras ficaram desempregados e “engrossaram as poucas filas de empresas e agências que têm vagas”.

“Essa é mais uma prova de que a Lei Trabalhista de Temer, aprovada com a promessa de que seria a grande solução para recuperar o mercado de trabalho e aquecer a economia, era uma desculpa para dar legalidade jurídica aos empresários que queriam ter segurança para precarizar as condições de trabalho e lucrar mais, como a CUT denunciou durante a tramitação da reforma”, lembra Vagner.

Segundo ele, a reforma, na verdade, sempre teve o objetivo de acabar com o emprego e com os direitos, como férias e 13º salário. Esse desemprego é parte da estratégia do ilegítimo e golpista Michel Temer (MDB-SP) para reduzir salários e direitos.

“Os novos empregos que surgem são precários, informais, com perda de renda e direitos. Saímos de um período de pleno emprego para uma fase de desemprego estrutural com o golpista Temer, como mostra o próprio IBGE, um órgão do governo Federal”.

Com carteira

O número de trabalhadores e trabalhadoras do setor privado com carteira de trabalho assinada, sem contar os trabalhadores domésticos, atingiu o menor nível da série histórica do IBGE desde 2012, com 33,1 milhões de pessoas com trabalho formal.

Já o número de trabalhadores e trabalhadoras sem carteira de trabalho assinada, portanto, sem direito a FGTS, férias, 13º salário, Seguro-Desemprego e outros benefícios, ficou em 10,8 milhões, alta de 5% em relação ao mesmo trimestre do ano passado. O mesmo aconteceu com o contingente de brasileiros trabalhando por conta própria que cresceu 4,4%, com um total de 23,1 milhões de pessoas se virando para sobreviver.

Rendimento médio

O rendimento médio real ficou estável: R\$ 2.186 entre dezembro de 2017 e fevereiro de 2018 e R\$ 2.165 no trimestre de setembro a novembro de 2017.

Segundo o IBGE, a força de trabalho, formada por pessoas ocupadas e desocupadas, foi estimada em 104,2 milhões de pessoas no trimestre de dezembro de 2017 a fevereiro de 2018 – comparado ao mesmo trimestre de 2017, houve alta de 1,3% (mais 1,3 milhão de pessoas).

Metodologia

Os dados fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua) que não usa só os trimestres tradicionais, mas períodos móveis (como fevereiro, março e abril; março, abril e maio etc.). O IBGE considera desempregado quem não tem trabalho e procurou alguma colocação nos 30 dias anteriores à semana em que os dados foram coletados.

STF julga nesta semana habeas corpus preventivo de Lula

Plenário do Supremo discutirá a possibilidade de execução provisória de pena por condenado em segunda instância



Os 11 ministros que compõem a Corte devem entrar no mérito do pedido de liberdade de Lula

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) deve julgar na quarta-feira (4) o habeas corpus preventivo com o qual o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva quer evitar sua prisão após condenação pela segunda instância da Justiça Federal no caso do triplex do Guarujá (SP).

Os 11 ministros que compõem a Corte devem agora entrar no mérito do pedido de liberdade de Lula, que não foi abordado no julgamento iniciado em 22 de março, quando o ex-presidente ainda tinha um recurso pendente de julgamento no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), com sede em Porto Alegre.

As cinco horas da sessão plenária daquele primeiro dia de julgamento foram dedicadas somente à discussão sobre o cabimento ou não do

habeas corpus de Lula, que acabou sendo aceito por sete votos a quatro. Na ocasião, foi concedida, por seis votos a cinco, uma liminar ao ex-presidente para garantir sua liberdade até a análise final do habeas corpus, no dia 4 de abril.

Discussão de mérito

Ao entrar no mérito, a questão de fundo a ser discutida pelo plenário do Supremo será a possibilidade de execução provisória de pena por condenado em segunda instância, mesmo que ainda existam recursos contra a condenação pendentes de análise em tribunais superiores, como o Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou o próprio STF.

As expectativas estarão voltadas em grande

medida para a ministra Rosa Weber, que é contra a execução provisória de pena, mas que por outro lado tem respeitado, ao longo dos últimos dois anos, o entendimento que prevalece até o momento no STF, de permitir a prisão de condenados mesmo que ainda caibam recursos a instâncias superiores.

O voto de Rosa Weber pode ser decisivo diante do impasse que o tema vive hoje na Corte. Cinco ministros defendem e aplicam monocraticamente a tese de que condenados em segunda instância só devem começar a cumprir pena após o trânsito em julgado, quando se encerram todos os recursos possíveis. São eles Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli, Marco Aurélio Mello, Gilmar Mendes e o decano, Celso de Mello.

Os outros cinco ministros – Luís Roberto Barroso, Edson Fachin, Cármen Lúcia, Alexandre de Moraes e Luiz Fux – têm até agora se posicionado a favor de que o condenado possa ser preso quando se esgotam as apelações em segunda instância. A expectativa é de que mantenham a posição e votem contra o habeas corpus preventivo de Lula.

Também pode ser decisiva para Lula a presença ou não de Gilmar Mendes no julgamento. O ministro votou favoravelmente ao ex-presidente na aceitação do habeas corpus, no dia 22, mas por

uma questão de agenda pode não estar presente na apreciação do mérito do pedido de liberdade.

Manifesto

Lançado em janeiro, às vésperas do julgamento no TRF4, o manifesto “Eleição sem Lula é fraude” alcançou neste domingo (19) 260 mil assinaturas. Até o exame do habeas corpus do ex-presidente, no dia 4, poderá ultrapassar 300 mil subscritores.

O documento pró-Lula é um contraponto ao abaixo-assinado de 3,8 mil juízes, procuradores e promotores que pedem ao STF a prisão em segunda instância. Assim como os integrantes do Judiciário, manifestantes favoráveis à presunção da inocência e ao cumprimento da Constituição Federal, quais sejam, juristas, advogados e parlamentares, deverão entregar cópia deste documento subscrito por 300 mil brasileiros aos 11 ministros do Supremo.

Fonte: Rede Brasil Atual



Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Pricilla Abdelaziz

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF